

SUMÁRIO

Capítulo I – Extrafiscalidade: contexto e critérios de identificação	1
1 O contexto das normas direcionadoras: a atuação da Administração Pública por meios indiretos.....	1
1.1 Noção inicial	1
1.2 Os modos de atuação indireta	4
1.3 Intervenções diretas <i>versus</i> intervenções indiretas	6
1.4 A atuação indireta por meio de instrumentos financeiros...	8
2 Distinção entre as normas fiscais e as extrafiscais.....	10
2.1 Distinções necessárias: fim, finalidade, função, causa e motivo.....	10
2.2 Posição da doutrina alemã sobre as normas extrafiscais.....	12
2.2.1 O fim do tributo: a proposta de Dora Schmidt.....	12
2.2.2 A teoria de Karl Bräuer	15
2.2.3 A teoria dos fins acessórios dos tributos.....	16
2.2.4 A teoria de Peter Selmer	18
2.2.5 A intervenção nos direitos fundamentais como critério diferenciador.....	19
2.2.6 A teoria dos fins objetivos da lei.....	20
2.2.7 Dieter Birk e os efeitos dos tributos	21
2.3 A posição da doutrina nacional.....	24
2.4 Nossa posição.....	27
Capítulo II – Perfil das normas tributárias direcionadoras	31
1 As normas tributárias direcionadoras.....	31
1.1 Noção	31
1.2 A nomenclatura na doutrina nacional.....	32
1.3 Critérios doutrinários para a identificação	33
2 As normas de simplificação fiscal (<i>die Vereinfachungsnormen</i>)	35
2.1 Origem	35
2.2 Conceito: divergências doutrinárias	35
2.3 Fins	38
2.4 Medidas simplificadoras.....	40
2.5 Fundamentos constitucionais	41

2.6	Órgãos com competência para editar medidas simplificadoras.....	44
2.7	Compatibilidade com as normas direcionadoras.....	45
3	Características das normas direcionadoras.....	46
4	Pressupostos da norma direcionadora	48
5	Tipos de normas direcionadoras	51
6	Vantagens, desvantagens, chances e riscos na utilização das normas direcionadoras	52
7	Repercussão do direcionamento na estrutura da norma impositiva tributária	54
Capítulo III – Competência para a edição das normas tributárias direcionadoras.....		55
1	A competência como permissão qualificada.....	55
2	A exigência de dupla competência para a edição das normas tributárias direcionadoras no Estado Federal.....	59
3	A repartição de competência no ordenamento brasileiro	63
3.1	A repartição como pressuposto de existência do Estado Federal.....	63
3.2	A repartição de competências nas Constituições brasileiras....	64
3.3	O modelo adotado pela Constituição Federal de 1988	69
3.3.1	Parâmetros gerais	69
3.3.2	O modelo de repartição de competências adotado pela Carta de 1988	73
3.3.2.1	Competência da União.....	73
3.3.2.2	Competência dos Estados-membros.....	75
3.3.2.3	Competência dos Municípios	78
3.3.2.4	Síntese das matérias que poderão ser objeto das competências reguladoras dos entes federados.....	79
4	A competência tributária	80
4.1	Conceito.....	80
4.2	A repartição da competência tributária no Estado Federal brasileiro	81
Capítulo IV – Compatibilidade das normas direcionadoras com as espécies tributárias		89
1	Adequação das espécies tributárias em relação à tributação direcionadora.....	89
2	Imposto	91
3	Taxas	94
4	Contribuição de melhoria.....	100

5	Empréstimos compulsórios	104
6	Contribuições especiais	107
Capítulo V – O tributo como instrumento de proteção ao meio ambiente ...		113
1	Conceito sobre meio ambiente.....	113
2	Tutela constitucional do meio ambiente.....	114
3	Instrumentos de proteção ambiental	122
4	A internalização dos custos	125
5	O princípio do poluidor-pagador	129
5.1	Origem e evolução.....	129
5.2	Significado	131
5.3	Alcance.....	132
5.4	Fundamento do princípio	133
5.5	Funções	133
5.6	Permissão para poluir: inexistência	134
5.7	Limites para aplicação.....	134
5.8	Mecanismos de aplicação	135
5.9	O montante dos custos	135
5.10	A repercussão financeira	136
5.11	Identificação do poluidor	137
5.12	Previsão do princípio pelo ordenamento brasileiro.....	137
5.13	Repercussão sobre o direito tributário	138
6	Fundamentos constitucionais dos tributos ambientais no Brasil.....	139
Capítulo VI – Tributos ambientais.....		141
1	Delimitação do conceito.....	141
2	Perfil do tributo ambiental no ordenamento brasileiro	145
3	Reações do destinatário da norma tributária indutora.....	147
4	Tipos de tributos ambientais	148
5	Tributo ambiental <i>versus</i> instrumentos tradicionais do ordenamento jurídico.....	150
6	Compatibilidade em tese com os princípios de direito ambiental....	153
7	Questões controvertidas.....	154
7.1	Capacidade contributiva.....	154
7.2	Conflitos de fins.....	159
7.3	Possibilidade de tributação do ato ilícito	161
8	Adequação das espécies tributárias à tributação ambiental.....	162
9	A inserção do elemento ecológico nos tributos ordinários.....	168
Capítulo VII – Estrutura possível dos tributos ambientais.....		171
1	Aptidão das espécies tributárias no ordenamento brasileiro para instrumentalizar a proteção ambiental	171

2	Os impostos ambientais	171
2.1	Aspectos gerais	171
2.2	A regra-matriz de incidência possível dos impostos ambientais em sentido estrito.....	172
2.2.1	Aspecto material	172
2.2.2	Aspecto temporal.....	176
2.2.3	Aspecto espacial.....	176
2.2.4	Aspecto subjetivo.....	176
2.2.5	Aspecto quantitativo	178
2.3	A arrecadação dos impostos ambientais	179
2.4	A receita dos impostos ambientais.....	179
3	Taxas ambientais.....	180
3.1	Admissibilidade das taxas ambientais indutoras.....	180
3.2	Modalidades de taxas ambientais.....	183
3.3	A estrutura possível das taxas ambientais	188
3.4	Base de cálculo	189
4	Contribuição de melhoria ambiental	189
5	Contribuições especiais ambientais.....	191
6	Os empréstimos compulsórios e a tributação ambiental.....	195
Capítulo VIII – Os tributos ambientais no ordenamento jurídico brasileiro ...		197
1	Delimitação da abordagem.....	197
2	Impostos ambientais	197
2.1	Criação de impostos ambientais em sentido estrito	197
2.2	Possibilidade de inserção de elementos ecológicos nos impostos ordinários	200
3	Taxas ambientais.....	205
3.1	Admissibilidade	205
3.2	Taxas federais: Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ...	205
3.3	Taxas ambientais estaduais.....	207
3.4	Taxas ambientais municipais	209
4	Contribuição de melhoria.....	211
5	Empréstimos compulsórios.....	211
6	Contribuições especiais.....	211
7	Suposto tributo ambiental: o ICMS ecológico.....	212
8	Conclusão sobre os atuais tributos ambientais do nosso ordenamento.....	214
Conclusões		215
Referências		219